

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p720-734



## DESCOLONIZANDO O ENSINO E PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO: EXPERIÊNCIAS DE UMA DOCENTE NA PARAÍBA

DECOLONIZING TEACHING AND RESEARCH IN ARCHITECTURE  
AND URBANISM: EXPERIENCES OF A TEACHER IN PARAÍBA

DESCOLONIZANDO LA DOCENCIA E INVESTIGACIÓN EN  
ARQUITECTURA Y URBANISMO: EXPERIENCIAS DE  
UN DOCENTE EN PARAÍBA

Marcela Dimenstein<sup>1</sup>

### RESUMO

Atualmente, na área de Arquitetura e Urbanismo, há diversos desafios que permeiam o processo de ensino aprendizagem e a formação profissional. Um deles é aproximar docentes e discentes de uma reflexão epistemológica crítica sobre a produção do espaço tal como proposta pela perspectiva decolonial. Este trabalho objetiva apresentar seis experiências de ensino e pesquisa inspiradas nesta perspectiva no âmbito do Centro Universitário de João Pessoa na Paraíba. Elas visaram dar passagens às vozes e saberes dissonantes e críticos que circulam no meio acadêmico acerca da formação do arquiteto, dos processos de homogeneização e exclusão social, das noções de identidade e patrimônio, dentre outros. Representam tentativas de **construir um novo olhar sobre a realidade local e estimular o encontro dos dissensos entre diferentes sujeitos sociais no espaço da cidade.**

### PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura e Urbanismo. Práticas de Ensino. Experiências Urbanas. Decolonial.

## ABSTRACT

Currently, in the area of Architecture and Urbanism, there are several challenges that permeate the teaching-learning process and professional training. One of them is to bring teachers and students closer to a critical epistemological reflection on the production of space as proposed by the decolonial perspective. This work aims to present six teaching and research experiences inspired by this perspective within the scope of the João Pessoa University Center in Paraíba. They aimed to give passage to dissonant and critical voices and knowledge that circulate in academia regarding the training of architects, processes of homogenization and social exclusion, notions of identity and heritage, among others. They represent attempts to build a new perspective on local reality and encourage the meeting of dissent between different social subjects in the city space.

## KEYWORDS

Architecture and Urbanism; teaching practices; urban experiences; decolonial

## RESUMEN

Actualmente, en el área de Arquitectura y Urbanismo existen varios desafíos que permean el proceso de enseñanza-aprendizaje y formación profesional. Uno de ellos es acercar a profesores y estudiantes a una reflexión epistemológica crítica sobre la producción del espacio propuesta por la perspectiva decolonial. Este trabajo tiene como objetivo presentar seis experiencias de enseñanza e investigación inspiradas en esta perspectiva en el ámbito del Centro Universitario João Pessoa de Paraíba. Tuvieron como objetivo dar paso a voces y conocimientos disonantes y críticos que circulan en la academia respecto de la formación de arquitectos, procesos de homogeneización y exclusión social, nociones de identidad y patrimonio, entre otros. Representan intentos de construir una nueva perspectiva sobre la realidad local y fomentar el encuentro de disidencias entre diferentes sujetos sociales en el espacio de la ciudad.

## PALABRAS CLAVE

Arquitectura y Urbanismo; prácticas docentes; experiencias urbanas; decolonial

## 1 INTRODUÇÃO

A possibilidade de experimentação de práticas de ensino e de pesquisa no campo da Arquitetura e Urbanismo a partir de uma perspectiva decolonial é, à primeira vista, um desafio considerável em se tratando de uma área que, historicamente, esteve comprometida com a produção de conhecimento científico e tecnológico de forma alinhada aos interesses de alguns setores e atores sociais. Do último século aos dias atuais, seu alinhamento ao modelo de desenvolvimento neoliberal e à economia globalizada tem sido foco do debate de autores que problematizam o evidente processo de “empresariamento (ou empreendedorismo) urbano” (HARVEY, 2005) em nível mundial e de conformação das “cidades-mercadorias” que seguem a lógica do capital e que são marcadas pela homogeneização dos corpos, dos modos de habitar e pela exclusão de amplos segmentos sociais no que diz respeito ao direito à cidade.

Este trabalho apresenta algumas brechas no âmbito da universidade tornadas possíveis a partir das atividades desenvolvidas por discentes e docentes participantes do grupo de pesquisa “Omitido para uma avaliação cega<sup>2</sup>” vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Omitido para uma avaliação cega na Paraíba. Trata-se de um conjunto de experiências que visam dar passagens às vozes e saberes dissonantes e críticos que circulam no meio acadêmico, mas que enfrentam enormes barreiras para ganhar visibilidade e legitimidade.

O grupo em questão tem feito esforços desde sua criação para desnaturalizar os paradigmas técnico-científicos que sustentam as práticas de ensino e de pesquisa no campo da Arquitetura e Urbanismo, incorporando conhecimentos e atores que abrem a possibilidade de crítica e de construção de novas formas de compreensão e intervenção no espaço da cidade a partir do diálogo com perspectivas que valorizam o contexto histórico-social, os saberes tradicionais e os marcadores sociais da diferença, a exemplo da raça, do gênero, da classe social e da sexualidade na conformação da experiência urbana contemporânea. Para tanto, é preciso desmontar os esquemas tradicionais de ensino-aprendizagem e estimular o encontro dos dissensos entre diferentes sujeitos sociais no espaço da cidade.

A crítica decolonial empreendida por diversos autores, especialmente latino-americanos, é dirigida ao modelo colonialista e eurocêntrico ocidental de produção de saberes e às relações de poder e dominação que subjugam grupos sociais não hegemônicos (Quijano, 2005; Ballestrin, 2013). As chamadas “Epistemologias do Sul” congregam um conjunto de pensadores que evidenciam como as epistemologias dominantes, brancas, patriarcais, sexistas, produzidas no Norte-global, estão entranhadas no nosso cotidiano, nos constituem como sujeitos e condicionam nossa forma de ser e agir. Buscam fazer uma reflexão mais alargada sobre a diversidade e complexidade dos modos de vida e de conhecimentos do mundo, intencionando o descentramento das lógicas eurocêntricas.

Dessa forma, considera-se que muito do que acontece nas nossas universidades e em sala de aula segue o padrão hegemônico seja na produção e transmissão de conhecimentos, seja nas relações hierarquizadas e verticalizadas de saber-poder, particularmente em relação ao ingresso e permanência de estudantes indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e outras matrizes étnico-cultu-

---

<sup>2</sup> Para conhecer o grupo de pesquisa, acesse a página pelo endereço @errantes\_urbanos.

rais na universidade. Entretanto, mais preocupante é a “utilização persistente e acrítica de muitas noções e conceitos repletos de pressupostos coloniais e racistas” (Meneses, 2008, p.8).

De acordo com Aravecchia-Botas (2018), o recurso ao pensamento decolonial vem abrindo novas possibilidades ao ensino da Arquitetura e Urbanismo na medida em que estimula a revisão dos padrões e saberes hegemônicos que fundamentam o trabalho profissional e acadêmico nessa área, instiga a busca das especificidades da América-Latina esquecidas pela perspectiva eurocêntrica, ampliando, consequentemente, a consciência do arquiteto sobre a produção do seu ofício, seja no âmbito da historiografia, seja no âmbito projetual, seja na produção epistemológica, seja no modo de ensinar e pesquisar.

## 2 BASES TEÓRICAS QUE ORIENTAM AS EXPERIÊNCIAS

A literatura especializada na área de Arquitetura e Urbanismo, além da vivência empírica em sala de aula, vêm apontando diversos desafios que atualmente permeiam o processo de ensino aprendizagem e a formação profissional na área. É colocado que as tensões existentes no cotidiano educacional, considerando, inclusive, as interações humanas, são provenientes de forças de domínio e exploração da matriz colonial de saber-poder.

Esse padrão colonial está presente na educação por meio de uma hierarquia epistêmica nociva à valorização e disseminação das culturas locais e dos pensadores latino-americanos. Para Baltazar (2020, p. 121) é preciso abrir a “caixa preta do processo de projeto colonial”, o “sistema secreto de valor” que determina o que é arquitetura, o projeto “desenhado no estilo certo”. Jorge e Vaz (2020) dizem que é preciso romper o processo de homogeneização e abstração do espaço com base em conhecimentos contextualizados e nas diferentes cosmovisões existentes.

Alves, Monteiro e Oliveira (2021) debatem como a colonialidade do saber urbano atravessa o campo dos estudos históricos da Arquitetura e da cidade no Sul Global e contribui para a invisibilização da história e da memória de grupos subalternizados. Mello (2023, p. 221) ao discutir o olhar decolonial na cidade patrimônio, indica que as lutas dos movimentos sociais étnicos na América Latina repercutiram na abordagem sobre cidades-patrimônios que receberam reconhecimento dos órgãos responsáveis ao questionarem o eurocentrismo das titulações.

Vários autores(as) indicam que os problemas referentes à formação do Arquiteto e Urbanista têm se agravado especialmente pela abertura de uma grande quantidade de novos cursos e pela queda da qualidade do ensino superior na área nas últimas décadas, aspectos que são consequências diretas da mercantilização da educação por meio da ampliação do número de instituições e cursos privados no país e pelo impacto das políticas neoliberais no ensino superior de forma geral.

A realidade de grande parte das IES privadas é marcada pela implantação de novas matrizes que promovem a redução de carga horária, quebras de pré-requisitos e a implantação de disciplinas EaD. Segundo Pereira Filho *et al* (2022, p. 83), entre 2017 e 2022, houve um aumento de 7.706% de vagas disponíveis nessa modalidade. Aponta que “até 2016, o número das IES presenciais privadas aumentou progressivamente. Desde 2018, observa-se um crescimento menor acompanhado de um aumento

significativo de IES privadas EaD, sobretudo nos dois últimos anos”. Esses fatos indicam o “aligeiramento e precarização da formação profissional”, bem como a perda da coletividade nas construções pedagógicas que operam numa lógica menos autêntica e generalizada.

Gleice Elali (2016) critica também a fragmentação disciplinar existente nas matrizes curriculares dos cursos que, somadas ao afastamento de outras áreas do conhecimento, dificultam o alcance de uma formação com bases mais críticas e diversificada do ponto de vista teórico e metodológico. As autoras, por sua vez, alertam para o fato de que os processos criativos não são valorizados nos ateliês de projeto em decorrência da condução inflexível e focada na avaliação pelos docentes, prática docente que não favorece a emergência de pensamentos divergentes, nem de inovação.

Ressaltam que esse contexto de ensino massificado forma profissionais que demonstram despreparo para enfrentar novos desafios relativos à sustentabilidade, ao emprego de novas tecnologias, às demandas dos variados tipos de proprietários, às normas técnicas, problemas que são consequências de seu baixo repertório teórico-metodológico, que tende a reproduzir formas prontas e simplificadas com ausência de eficiência, baixo desempenho ambiental e sem compatibilização entre as partes.

Mossaab e Cunha (2019, s/p) apontam que o estudante ainda precisa lidar com a criação de soluções em meio ao desmonte das estruturas da educação, públicas ou privadas, “seja pela carga horária comparativamente reduzida de disciplinas voltadas ao tema, seja por metodologias que não condizem com as aptidões cognitivas da maioria das estudantes de Arquitetura”, uma vez que tendem a serem pouco sensíveis às diversidades regionais, caminhando em direção à uma pretensa neutralidade e homogeneidade científicas.

Em outro texto, Moassab e Name (2020) destacam que no ensino de Arquitetura e Urbanismo quase nada se sabe sobre a produção crítica latino-americana na área e não se valoriza as arquiteturas do Sul-Global. Há uma clara valorização da sociedade liberal ocidental como mais avançada e se parte da naturalização das relações coloniais e patriarcais de saber-poder entre povos, lugares e culturas. Em razão disso, forma-se um profissional acrítico, voltado para as demandas do mercado, que não reflete sobre as sociedades marcadas pelo colonialismo. Pouco se debate sobre a responsabilidade social desse profissional no espaço, no local de trabalho e no canteiro de obra.

Assim, considera-se que a perspectiva decolonial é uma ferramenta conceitual importante para criar modos críticos de pensar, sentir e ver na área de Arquitetura e Urbanismo. As experiências aqui apresentadas partem de atividades propostas enquanto docente e pesquisadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa. O curso de graduação possui mais de 20 anos de existência e ficou conhecido pela sua grade curricular extensa e tecnológica que preparava o estudante para o mercado de trabalho.

Logo, os relatos aqui realizados têm o intuito de contribuir com a discussão sobre o ensino de arquitetura e urbanismo a partir de uma leitura decolonial, buscando aproximar o estudante em formação e o futuro arquiteto-urbanista de atividades e ações acadêmicas que despertam novos pontos de vista acerca da paisagem contemporânea, principalmente daquelas voltadas aos tempos históricos, que valorizam o conhecimento prático e estimulam a discussão de outros temas de pesquisa que os sensibilizam frente às noções de patrimônio cultural, intervenções, amabilidade urbana, gênero e raça na cidade, assim como suas diferentes formas de apropriação da cidade.

### 3 RESULTADOS

Iremos apresentar seis experiências no âmbito do ensino e da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Paraíba que foram ministradas por membros do grupo Errantes Urbanos, seja pela docente responsável ou por discentes participantes, que se configuram como práticas pedagógicas de sensibilização do olhar e desconstrução do pensamento crítico em uma perspectiva decolonial.

A primeira atividade ancorada em uma metodologia que “tinha por natureza o estudo das múltiplas dimensões do fazer educativo e a capacidade de fornecer subsídios à efetivação desse processo” (Araújo, 2021, p. 5) foi a oficina de teatro realizada com mulheres venezuelanas refugiadas na cidade de João Pessoa. Tal atividade ocorreu no âmbito da pesquisa de doutoramento da autora e contou com a coordenação da teatróloga, arquiteta-urbanista e membro da pesquisa Amanda Costa. Esta etapa da contou com a participação de 10 refugiados que aceitaram voluntariamente participar, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo CEP sob o número 89189818.0.0000.5176.

A oficina se baseava no método do Teatro do Oprimido de Augusto Boal e propunha por meio do ato cênico, refletir e encontrar possibilidades de enfrentamento de bons e maus momentos vivenciados cotidianamente na cidade. Para Boal, o teatro é uma atividade política, podendo funcionar como uma arma de libertação contra diversos instrumentos de dominação. Para o dramaturgo, o que a poética do oprimido propõe é a não passividade mediante a vida, estimulando a própria ação:

O espectador não delega poderes ao personagem para que atue, nem para que pense em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagonista, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores: em resumo, o espectador ensaia, preparando-se para a ação real. Por isso, eu creio que o teatro não é revolucionário em si mesmo, mas certamente pode ser um excelente “ensaio” da revolução. (Boal, 1991, p. 138).

Araújo (2021) afirma que o objetivo do teatro do oprimido é a libertação do espectador frente à opressão de um sistema trágico, aristocrata, patriarcal em meio ao período de Ditadura Militar nos anos 1970, deixando evidentes seus códigos de decolonialidade. Buscava uma tentativa de responder e sobreviver à repressão política imposta não só à população brasileira naquele período sócio-histórico que foi marcado por manifestações contra a censura e as perseguições nos países sob uma ditadura militar, contra a guerra do Vietnã, contra a destruição do Estado social conquistado com as transformações democráticas, mas também de ascensão dos movimentos estudantis a favor dos direitos civis e revoltas das comunidades negras após a morte de Martin Luther King. Nesse contexto, a proposta de Boal teve uma expansão vertiginosa devido a sua flexibilidade e acessibilidade, o que encorajou sua disseminação, principalmente pela América Latina (Barbosa; Ferreira, 2017).

A seguir podemos ver algumas imagens (figura 1) da oficina realizada entre agosto e setembro de 2019. Ela objetivava conhecer a trajetória de vida das participantes e sua condição migratória de refúgio, permitindo a reflexão sobre as suas experiências mediante o processo de migração forçada,

bem como as vivências urbanas no seu local de acolhimento, a cidade de João Pessoa<sup>3</sup>. O foco foi o de trabalhar as seguintes questões: a consciência corporal, a necessidade da respiração, a proximidade e o contato físico, a ideia de coletividade, as memórias afetivas vivenciadas por elas, a espacialização do corpo na cidade e a criação de personagens por meio da imagem e palavra.

**Figura 1** – Cenas da Oficina de teatro com venezuelanas refugiadas em João Pessoa



Fonte: Autora (2019).

A segunda experiência ocorreu em julho de 2023, quando o grupo de pesquisa foi convidado para participar por meio de uma fala/vivência urbana no Encontro Regional de Arquitetura e Urbanismo (EREA Parahyba) na cidade de João Pessoa/Paraíba.

A atividade foi intitulada de “Errando nas franjas”. Aconteceu em um bairro periférico da zona sul da cidade, o Bairro das Indústrias, local onde o evento ocorreu. A proposta consistiu em realizar uma caminhada com intuito de observar espaços localizados nas franjas urbanas, ou seja, longe da área central e carentes de infraestrutura pública. Bairros como este são frutos de um desenvolvimento urbano fragmentado e disperso, e em geral, com baixa densidade construtiva e populacional, além de serem consideradas áreas de transição rural-urbano (Maia, 2014).

Iniciamos o encontro falando sobre os objetivos pensados para a vivência. Propomos um passeio errante pelo bairro que está a uma distância de 15 km da área central. Deparamo-nos com uma realidade muito diferente dos bairros já consolidados de João Pessoa e, porventura, ocupados por populações mais favorecidas economicamente, uma vez que este apresenta os problemas típicos das periferias brasileiras: apenas 50% das ruas calçadas, possui 4 linhas de transporte coletivo, 4 escolas

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a Oficina de teatro com venezuelanas refugiadas em João Pessoa, ver ensaio fotográfico publicado na Revista @metropolis: [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/323/original/emetropolis41\\_especial.pdf?1594050638](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/323/original/emetropolis41_especial.pdf?1594050638)

de ensino fundamental, 1 centro esportivo e 1 praça. Não apresenta posto de polícia ou saúde (Pmjp, 2023). O bairro começou seu desenvolvimento no início dos anos 2000 e a partir de 2017 teve um aceleração de suas construções mediante a construção de conjuntos habitacionais ligados ao Programa Minha Casa Minha Vida.

A possibilidade de conhecer e vivenciar a realidade de áreas periféricas das cidades, sobretudo latino-americanas, nos permite reconhecer a disputa existente pelo espaço e pela sobrevivência, que são provenientes de um padrão de forças de domínio de matriz colonial, as quais produzem e estimulam a invisibilidade de grupos minoritários (Azevedo, 2017). Logo, no decorrer da vivência pelo bairro (FIGURA 2), os 25 participantes puderam observar, sentir e refletir sobre as realidades encontradas.

Ao fim da errância nos reunimos no espaço coletivo do conjunto habitacional São Rafael e realizamos uma discussão coletiva acerca das percepções do grupo. Elas giraram em torno das paisagens díspares, típicas de áreas periféricas: grandes distâncias x ausência de serviços, ausência de coleta de lixo x grandes conjuntos habitacionais, espaços construídos x paisagem verde, autoconstrução x ausência aparente fiscalização, má qualidade da arquitetura habitacional x tranquilidade existente, dentre outros.

**Figura 2** – Vivência “Errando nas Franjas” ocorrida no Bairro das Indústrias no Erea Parahyba



Fonte: Autora (2023).

A terceira experiência inclui caminhadas e descobertas pelo centro da cidade de João Pessoa (FIGURA 3). Consideramos que as atividades de campo são estratégias metodológicas fortes em termo de didática para o ensino de arquitetura e urbanismo, e podem, segundo Fiorin (2022, p. 220), “ser um meio de atualização desse sentido existencial, que nos permita novas possibilidades poéticas, chances de participação social e vivência política nas mais diversas ambiências”.

O centro antigo da capital fica aproximadamente a 6,5 km do litoral. Segundo o Ibge (2010), o bairro do Centro apresenta uma população residente em torno de 5 mil pessoas, contudo, diariamente, a região recebe milhares de pessoas que trabalham, estudam ou fazem compras em um dos mais populares bairros da cidade. O local, assim como de outras cidades brasileiras, vem passando por diversas mudanças nos últimos 30 anos, dentre elas, um esvaziamento crescente dos usos residenciais e deterioração de imóveis pela transferência de atividades para outros bairros. Os bairros do Centro

e do Varadouro são os dois mais antigos da cidade, onde podem ser encontradas edificações e um traçado urbano que remonta ao seu surgimento.

Em 2007, a área foi alvo de novo tombamento, no âmbito federal, sendo protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Apesar desta dupla proteção sobre o seu patrimônio edificado, a realidade da área mostra o abandono e a deterioração do parque edificado. Essa realidade aliada ao processo de esvaziamento dos usos residenciais na região marca de forma negativa a região para os próprios estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo que não conhecem a área.

**Figura 3** – Aula de campo ao centro da cidade de João Pessoa



Fonte: Autora (2022).

O contato com a paisagem histórica que remonta ao século XVI e XVII, segundo Mello (2023, p. 201) reforça identidades históricas que “estão impregnadas em prédios e quarteirões contra a destruição de ímpetus de renovações modernas”, típicas do início do século XX no Brasil, assim como em outros países. Além disso, descortinam permanências e rupturas da política de preservação internacional, bem como as contradições e resistências existentes.

A autora aponta que em meio às diversas lutas dos movimentos sociais étnicos na América Latina, a “virada decolonial” está na abordagem sobre o reconhecimento dado pelos órgãos de proteção, questionando o eurocentrismo das escolhas e trazendo para a luz questões de memória, cultural, identidade e ancestralidade. Portanto, conhecer e poder desmistificar as paisagens de centro de cidade é possibilitar um novo olhar para a problemática do patrimônio histórico.

A mesma discussão anterior está relacionada à experiência quarto, intitulada “Vivência às capelinhas da Paraíba”. Esta foi uma atividade proposta no âmbito da Semana Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo (SAAU) em 2018, que teve como objetivo possibilitar aos estudantes do curso conhecer edificações importantes do século XVII e XVIII que estão localizadas nos municípios de João Pessoa e Santa Rita (FIGURA 4).

**Figura 4** – Vivência às capelinhas da Paraíba



Fonte: Autora (2018).

As capelas do Engenho Una (XVIII) e das Graças (XVIII) eram edificações privadas que faziam parte do complexo arquitetônico dos Engenhos que levam o mesmo nome. Já a capela de Nossa Senhora do Socorro foi construída em cumprimento de promessa pela vitória portuguesa em uma batalha contra os holandeses, não estando vinculada a um engenho. Todas possuem um valor patrimonial inestimável, apresentando características do barroco nordestino, com plantas em formatos diferenciados, detalhes decorativos ricos, materiais construtivos típicos da região etc. Contudo, carecem de atenção constante, se encontrando com diversas patologias em suas paredes, altares e cobertas, prejudicando a sua conservação futura.

Amaral (2015) aponta que a detenção do conhecimento ou mesmo a possibilidade de obtê-lo é um instrumento de poder e colonialização. Logo, a comunicação intercultural e o intercâmbio de experiências representam uma forma de pensar e agir decolonial, sendo bases para uma racionalidade nova que possibilita ampliar horizontes e conhecer novas especificidades da nossa identidade, inclusive do patrimônio edificado. A problematização proposta junto aos estudantes girou em torno não só da invisibilidade deste patrimônio durante a formação, mas, especialmente, sobre as desigualdades regionais existentes em nosso país em termos de valorização e preservação do patrimônio histórico. Em se tratando da região Nordeste, há uma assimetria histórica em termos de investimentos em políticas públicas e sociais, incluindo as de planejamento urbano e preservação do patrimônio histórico.

Já a figura 05, mostra a realização das duas últimas experiências: a Oficina “Papo de bordado” e a “Intervenção com flores”. A oficina, quinta experiência, aconteceu em 2019 na Semana de Urbanismo e Arquitetura (SUA), evento organizado pelos alunos do curso. A oficina foi coordenada por Armando Pascoal, na época estudante e membro do grupo de pesquisa Errantes Urbanos. Nessa ocasião, a proposta era conversar enquanto se fazia o bordado. A pauta era livre, contudo, frente às temáticas abordadas pelo evento e em meio ao ambiente acadêmico, o rumo da conversa foi direcionado para questões relativas à vida na faculdade, às dificuldades enfrentadas nas disciplinas, os melhores momentos vivenciados no campus, ou seja, foi um espaço para externalizar pensamentos e sentimentos sobre o processo de aprendizagem e formação ao longo da graduação.

A possibilidade propiciada pela oficina de trocas de informações, experiências e saberes entre docente e discentes foi algo de grande impacto no espaço de formação profissional. As diferentes realidades e visões sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo fomentam o debate acerca da necessidade urgente de revisões curriculares e dos processos de ensino-aprendizagem tradicionais no curso, com o aporte de metodologias que promovam uma transformação. Foi possível discutir à luz da perspectiva decolonial que é necessário propor uma formação acadêmica e profissional crítica, antirracista, inclusiva, intercultural, com base em pensadores latino-americanos, formação que foge da visão tecnicista e generalista hegemônica na área.

Por fim, a “intervenção com flores” foi proposta como produto final do módulo Instalações Efêmeras da Pós-graduação em Arquitetura Comercial do UNIESP. A atividade proposta foi inspirada no livro “Intervenções temporárias, marcas permanentes” (2019) da professora Adriana Sansão-Fontes. A autora foca na amabilidade urbana como objetivo principal a ser estimulado nas intervenções urbanas. No nosso caso, os 18 pós-graduandos, de diferentes formações acadêmicas, foram convidados a confeccionar e implantar flores feitas de papel celofane e palitos de madeira no jardim de entrada do Bloco principal da faculdade, local de grande visibilidade de estudantes e funcionários, de forma a ser um “catalisador” de amabilidade. Para a autora, a amabilidade urbana é

É um termo que evoca proximidade e abertura, seja no uso corrente, seja aplicado aos espaços urbanos, como desejei cunhá-la aqui – a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneas. (Sansão-Fontes, 2019, p. 26).

A atividade gerou imensa curiosidade naqueles que a observavam. Chegavam cada vez mais perto e questionavam do que se tratava. Muitos passantes tiraram fotos ou aprovavam a atividade dizendo que era uma boa ideia. Foi problematizado o caráter excludente da nossa urbanização, o quanto os espaços das cidades, incluindo a universidade, são áridos, pouco convidativos à reunião entre pessoas, desestimulando o encontro com o diferente, com o disruptivo, em razão dos processos de homogeneização cada vez mais intensos que conformam as cidades globais.

Contudo, apesar do estímulo gerado na implantação da intervenção, o jardim de flores foi “surpreendentemente” removido no dia seguinte pela equipe da limpeza, seguindo as ordens da Instituição de não permitir nenhum tipo de alteração no campus sem autorização, mostrando o quanto essa lógica opera fortemente nos mais diferentes espaços e cenários onde ocorre a vida cotidiana.

**Figura 5** – Oficina “Papo com bordado” no evento SUA e “Intervenção com flores” como produto de disciplina da pós-graduação



Fonte: Autora (2019; 2022).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a apresentar experiências no âmbito do ensino e da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Paraíba que se configuram como práticas pedagógicas de sensibilização do olhar e desconstrução do pensamento crítico em uma perspectiva decolonial.

Entende-se que as atividades apresentadas aqui podem ser poderosas estratégias metodológicas frente ao contexto de ensino massificado que forma profissionais que não têm interesse em expandir seus conhecimentos para além do que é transmitido em sala de aula e que demonstram despreparo para enfrentar novos desafios relativos à paisagem contemporânea, principalmente daquelas voltadas aos tempos históricos, em se adequar aos novos conhecimentos de valorização do saber-fazer tradicional, assim como aos temas relacionados à gênero e raça na cidade.

Espera-se que práticas como as expostas neste artigo possam incentivar processos de descolonização dos saberes nas universidades, à medida que incorporam conhecimentos que possibilitam críticas e reflexões mais ligadas às epistemologias do sul, ou seja, que busquem um novo olhar sobre o outro, sobre a cidade e suas edificações, encarando suas diversidades e as complexidades dos modos de vida que estão descentralizadas das lógicas eurocêntricas, ao mesmo tempo que valorizam as especificidades locais, nos mais variados aspectos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovana; MONTEIRO; Poliana; OLIVEIRA, Fernanda. Tecendo memórias no fio da luta: decolonialidade na história da cidade. **Revista VIRUS**, v. 1, n. 23, 2021. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/32>. Acesso em: 20 set. 2023.

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado\\_em\\_Preservacao\\_Dissertacao\\_AMARAL\\_Joao\\_Paulo\\_Pereira.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_AMARAL_Joao_Paulo_Pereira.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

ARAÚJO, Lindomar. Teatro do oprimido: pedagogia teatral decolonial? **Instrumento**: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 23, n. 1. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.30311>. Acesso em: 20 set. 2023.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. O pensamento decolonial: caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina. **América - Revista da Pós-Graduação da Escola da Cidade**, n. 1, p. 76-81, 2018. Disponível em: <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/48>. Acesso em: 20 set. 2023.

AZEVEDO, Felipe. Para ler a paisagem com sentidos do sul: por uma abordagem além landschaft. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 10, n. 18, p. 29-46, 2017. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v10n18a2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 20 set. 2023.

BALTAZAR, Ana Paula. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. **Redobra**, n. 15, p. 121-136, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hopqz>. Acesso em: 20 set. 2023.

BARBOSA, Inês; FERREIRA, Fernando. Teatro do oprimido e projeto emancipatório: mutações, fragilidades e combates. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 439-464, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6288> Acesso em: 20 set. 2023.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

ELALI, Gleice. ELIMINAR ou AMPLIAR barreiras? Uma reflexão sobre como os professores de projeto de arquitetura percebem a criatividade discente. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 34-40, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2016v1n1D18494>. Acesso em: 20 set. 2023.

FIORIN, Evandro. Nômades: as práticas errantes no ensino, na pesquisa e na extensão em arquitetura e urbanismo – Por um (re)conhecimento urbano. **Risco Revista de Pesquisa em**

**Arquitetura e Urbanismo**, v. 20, p. 203-222, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.160287>. Acesso em: 20 set. 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico e Contagem populacional 2010**, 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/indicadores\\_sociais\\_municipais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf). Acesso em: 20 de set. 2023.

JORGE, Silvia; VAZ, Murad. Transpor os muros das escolas de arquitetura e urbanismo. **Revista Cadernos Do Ceom**, v. 33, n. 53, p. 119-137, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22562/2020.53.10>. Acesso em: 20 set. 2023.

MAIA, Doralice. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. **Geosul**, v. 29, n. 58, p. 89-114, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/30429>. Acesso em: 20 set. 2023.

MELLO, Janaina. O olhar decolonial na Cidade-Patrimônio: tensões e negociações em São Cristóvão, Sergipe. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 200-223, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/14015>. Acesso em: 20 set. 2023.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/689> Acesso em: 20 set. 2023

MOSSAAB, Andréia; CUNHA, Gabriel. Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. Uma proposta a partir da experiência na Unila. **Revista Arqtextos**, v. 2, n. 19, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/19.228/7389>. Acesso em: 20 set. 2023

MOSSAAB, Andréia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz de Iguaçu: Edunila, 2020.

PEREIRA FILHO, Zander; REIS, Maiara; CALIL, Maria; MOREIRA, Vitor. Educação S/A: hegemonia de EaD em arquitetura e urbanismo no Brasil. **Revista VIRUS**, v. 1, n. 24, 2022. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/680/1020> Acesso em: 20 set. 2023.

SANSÃO-FONTES, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 107-130, 2005. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14118> . Acesso em: 20 set. 2023.

---

**Recebido em:** 22 de Julho de 2023

**Avaliado em:** 9 de Setembro de 2023

**Aceito em:** 5 de Outubro de 2023

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGAU/UFRN (2021); Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – PPGAU/UFPB (2014); Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2011); Professora assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ e do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, onde ministra disciplinas voltadas aos temas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo; Coordenadora do Projeto de Pesquisa Urbanismo Errante: Experiências da alteridade na cidade contemporânea desde 2016 e tem experiência na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em experiências urbanas desviantes na contemporaneidade e novos modos de apreensão da cidade. E-mail: mmarcelad@gmail.com.

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

